

24 horas
SEMANAL EM DOBRO

Expresso

DIRETOR: FRANCISCO PAULO BALESTRO - REDACÇÃO: ALVA GUGLIE DE PAUZZA, 21-23 - TELÉFONOS 5354-1111 - 51-1111 - 51-1111

O direito de reunião no Conselho de Estado

REUNIR-SE em 17 de agosto, a reunião do Conselho de Estado, em sessão pública, para discutir o projeto de lei que estabelece o direito de reunião no Conselho de Estado. O projeto de lei, apresentado pelo deputado federal Carlos de Castro, prevê que os membros do Conselho de Estado possam reunir-se para discutir e votar projetos de lei e outras matérias de interesse nacional.

Itamaraty proíbe livro de Marcelo Caetano

O Itamaraty proibiu a circulação no Brasil do livro "O Estado Novo em Portugal" de Marcelo Caetano, antigo primeiro-ministro português. A proibição foi baseada no fato de que o livro contém informações consideradas prejudiciais aos interesses nacionais.

Gasolina super passa para 1250

A gasolina super passou para 1250 cruzeiros por litro, devido ao aumento dos custos de produção e ao reajuste das tabelas de preços.

Mantém-se o 3.º e 4.º anos experimentais do Ciclo

O Conselho Nacional de Educação decidiu manter os 3.º e 4.º anos experimentais do Ciclo de Ensino Fundamental, apesar das pressões para a sua extinção.

Sanado o conflito na Mutual

O conflito entre a Mutualidade e o Sindicato dos Bancários foi sanado após negociações prolongadas, resultando em um acordo que resolveu as questões em disputa.

... e por resolver o das companhias de aviação

As negociações para a resolução do conflito entre as companhias de aviação continuam em andamento, com o objetivo de alcançar um acordo satisfatório para todas as partes envolvidas.

Meneses Rosa embaixador em Madrid

Meneses Rosa foi nomeado embaixador em Madrid, sucedendo ao atual diplomata brasileiro na Espanha.

Conselho de Ministros

O Conselho de Ministros reuniu-se para discutir e aprovar o projeto de lei sobre o direito de reunião no Conselho de Estado.

As negociações para a resolução do conflito entre as companhias de aviação continuam em andamento, com o objetivo de alcançar um acordo satisfatório para todas as partes envolvidas.

CAXIAS
escudo no segredo
que o EXPRESSO
começa agora a revelar
pág. 17 e 19

24 mil contos

EXEMPLOS DE DESCOLONIZAÇÃO
REPÚBLICA DO ZAIRE - EX-CONGO-BELGA
pág. 20 e 21

Autorizada a greve dos funcionários públicos

O governo declarou hoje a greve dos funcionários públicos autorizada, após a rejeição do projeto de lei que estabelecia o direito de greve para os servidores públicos.

Também foi lida a mensagem do Conselho de Estado sobre o projeto de lei que estabelecia o direito de greve para os servidores públicos, rejeitando-o.



Do lado esquerdo: o ministro da Justiça, Carlos de Castro, e o ministro da Educação, Carlos de Castro.

A tensão diminui em Luanda enquanto Cabinda procura a independência

Vão ser aumentados os preços de bens essenciais

O governo anunciou que os preços de alguns bens essenciais serão aumentados devido ao aumento dos custos de produção e transporte.

As negociações para a resolução do conflito entre as companhias de aviação continuam em andamento, com o objetivo de alcançar um acordo satisfatório para todas as partes envolvidas.

As negociações para a resolução do conflito entre as companhias de aviação continuam em andamento, com o objetivo de alcançar um acordo satisfatório para todas as partes envolvidas.

Segundo a imprensa, o projeto de lei que estabelecia o direito de greve para os servidores públicos foi rejeitado pelo Conselho de Estado.

O Conselho de Estado decidiu manter os 3.º e 4.º anos experimentais do Ciclo de Ensino Fundamental, apesar das pressões para a sua extinção.

O Conselho Nacional de Educação decidiu manter os 3.º e 4.º anos experimentais do Ciclo de Ensino Fundamental, apesar das pressões para a sua extinção.

Segundo a imprensa, o projeto de lei que estabelecia o direito de greve para os servidores públicos foi rejeitado pelo Conselho de Estado.

O Conselho de Estado decidiu manter os 3.º e 4.º anos experimentais do Ciclo de Ensino Fundamental, apesar das pressões para a sua extinção.

O Conselho Nacional de Educação decidiu manter os 3.º e 4.º anos experimentais do Ciclo de Ensino Fundamental, apesar das pressões para a sua extinção.

Segundo a imprensa, o projeto de lei que estabelecia o direito de greve para os servidores públicos foi rejeitado pelo Conselho de Estado.

O Conselho de Estado decidiu manter os 3.º e 4.º anos experimentais do Ciclo de Ensino Fundamental, apesar das pressões para a sua extinção.

O Conselho Nacional de Educação decidiu manter os 3.º e 4.º anos experimentais do Ciclo de Ensino Fundamental, apesar das pressões para a sua extinção.

Segundo a imprensa, o projeto de lei que estabelecia o direito de greve para os servidores públicos foi rejeitado pelo Conselho de Estado.

O Conselho de Estado decidiu manter os 3.º e 4.º anos experimentais do Ciclo de Ensino Fundamental, apesar das pressões para a sua extinção.

O Conselho Nacional de Educação decidiu manter os 3.º e 4.º anos experimentais do Ciclo de Ensino Fundamental, apesar das pressões para a sua extinção.

"Em breve apresentarei um projecto sobre casamento e divórcio" — disse Salgado Zenha ao EXPRESSO

Salgado Zenha anunciou que em breve apresentará um projeto de lei sobre casamento e divórcio, visando a modernização das normas legais nessa área.

Salgado Zenha anunciou que em breve apresentará um projeto de lei sobre casamento e divórcio, visando a modernização das normas legais nessa área.

OMEGA COSMIC 2000
Um novo conceito em relógios impermutáveis

OMEGA
tem a confiança do Mundo

24 horas em notícia

O direito de reunião no Conselho de Estado

PRINCIPIOU cerca das 17 horas, de ontem, a reunião do Conselho de Estado para a qual se previa "uma agenda muito sobrecarregada". Segundo declarações do general Costa Gomes, seriam analisados os diplomas sobre o direito de reunião e associação e política económica e financeira, não se prevendo que o decreto sobre os vencimentos do funcionalismo público fosse apreciado.

Contou-nos também que o Conselho tomaria conhecimento de uma comunicação escrita do ministro Almeida Santos.

Antes do Conselho, o Chefe de Estado recebeu durante meia hora o General Costa Gomes, tal como anteceder o tinha recebido no Buçaco durante 1 h e 30 m, depois da deslocação de 5 de Julho da Barra em helicóptero. Aliás, também ontem, antes da reunião do Conselho de Estado, o Presidente da República recebeu outras individualidades militares.

Itamarati proíbe livro de Marcelo Caetano

O ITAMARATI acaba de comunicar ao Prof. Marcelo Caetano que proíbe a publicação do seu livro "Meu Depoimento" no Brasil. O fundamento invocado para a proibição foi o facto de o livro violar o estatuto de não actuação política dos assilados diplomáticos. Marcelo Caetano sugerira o volume de memórias recentes à apreciação prévia do Ministério das Relações Exteriores do Brasil.

O livro constitui — segundo créditos bem informados — um testemunho sobretudo preocupado com a justificação da actividade política do autor, que nele se não cobre de criticar vivamente o ex-Presidente Tomás, com o qual se encontra, aliás, de relações cortadas desde o Funchal.

Gasolina super passa para 12\$50

A GASOLINA será um dos bens de consumo cujo preço aumentará brevemente. O aumento de preço verificar-se-á dentro de dias, possivelmente já na próxima segunda-feira e destina-se a compensar o défice existente no Fundo de Alibamento (ver notícia nesta página).

Com a super a 12\$50, Portugal fica à cabeça dos países da Europa quanto a preço do carburante, logo a seguir à Itália, onde o litro de super custa 300 liras (aproximadamente 15\$00).

Mantêm-se os 3.º e 4.º anos experimentais do Ciclo

POR DESPACHO do ministro da Educação e Cultura, foi deliberado manter os 3.º e 4.º anos experimentais do Ciclo Preparatório. É reduzido o número de escolas do 3.º ano em que a experiência prossegue, passando a haver 38 estabelecimentos de ensino do 3.º ano e 19 do 4.º.

Uma das razões que levou a reconsiderar o assunto (os 3.º e 4.º anos experimentais, correspondendo ao arranque para os 8 anos de escolaridade obrigatória, haviam principiado na era de Veiga Simão) foi a acusação de que os alunos, cerca de 5000 ao todo, beneficiavam deles eram quase todos das classes sócio-profissionais mais abastadas. Efectuado um inquérito aos alunos que frequentam os dois anos, verificou-se que assim não era e o ministro da Educação e Cultura pôde dar luz verde à continuação da experiência.

Sanado o conflito na Mutual

FOI ONTEM SANADO o conflito de trabalho existente na companhia de seguros Mutual e que provocou uma greve por solidariedade em quase todas as empresas do ramo no país.

O ministro do Trabalho, cap. Costa Martins, convocou para o seu gabinete representantes da administração da Mutual, dos trabalhadores e do Sindicato dos Empregados Bancários. Ficou decidido que o trabalho seria retomado e que, em relação ao pretendido saneamento do chefe de pessoal da empresa, seria efectuado um inquérito, de que foi incumbida uma comissão constituída por dois delegados da administração, dois do pessoal e um do Ministério do Trabalho.

Resolvido o caso da Mutual, é curioso assinalar que são muito poucos os problemas derivados de conflitos de trabalho pendentes no Ministério respectivo.

... e por resolver o das companhias de aviação

UM DELES respeito aos trabalhadores das companhias de aviação estrangeiras representadas em Portugal, que por maioria absoluta, haviam decidido deveria iniciar na próxima segunda-feira dia 19 a paralização parcial da sua actividade, em face da atitude assumida pelos negociadores daquelas companhias, no âmbito da revisão da acta do contrato colectivo de trabalho.

O Ministério do Trabalho intenciona, no entanto, junto das partes contratadas ao sentido de vir a realizar-se na próxima segunda-feira pelas 10 horas naquele Ministério, uma reunião entre os representantes do Sindicato Nacional dos Serviços Administrativos de Marinha Mercante, Aeronavegação e Pesca e das citadas empresas transportadoras com a presença de um delegado do Ministério do Trabalho. Dessa forma ficou em princípio adiada a anunciada paralização do trabalho.

Meneses Rosa embaixador em Madrid

O DR. MENESES ROSA será, segundo fontes bem informadas, o próximo embaixador de Portugal em Espanha. O dr. Meneses Rosa, que actualmente é embaixador de Portugal na África do Sul, deverá sair em breve de Pretória, para ocupar o seu novo cargo.

Paralelamente, destinados de fundamento os boatos postos a circular no sentido de que o dr. Raul Rego seria o titular do posto de Madrid, boatos, aliás, desmentidos pelo próprio antigo ministro da Comunicação Social.

Conselho de Ministros

SOB A presidência do Primeiro-Ministro, Coronel Vasco Gonçalves, reuniu, ontem, no Palácio de S. Bento, o Conselho de Ministros.

Foi aprovado na sua forma definitiva o Decreto-Lei sobre a greve e o lock-out que será publicado no «Diário do Governo» na próxima semana e aprovada a nomeação dos seguintes governadores civis:

Horta — Capitão-Tenente Rui Vasco de Vasconcelos e Sá Vaz;
Agra do Heroísmo — dr. Odebreiro Cardoso de Figueiredo;
Ponte Delgada — dr. António Borges Coutinho;
Faro — dr. Luís Filipe Nascimento Madeira;
Évora — dr. João Alves Pimenta.

Foi também aprovado um projecto de diploma legal sobre nomeação de funcionários por terem cessado currículos de serviço e o projecto de diploma legal sobre a constituição da Comissão Nacional da FAO.

O Conselho de Ministros aprovou ainda, as linhas gerais de acção do Ministério da Educação e Cultura, cujos pontos fundamentais são: a democratização da escola e a organização de um sistema educacional ao serviço da democratização de Portugal; a adaptação do ensino às novas condições da vida portuguesa, tomando consciência de que o próximo ano escolar será de transição, pois só a longo prazo será possível edificar o sistema educacional por que ansiamos, ao que acrescem as dificuldades económicas e caras presentes.

Apreciosa, depois, os factos ocorridos durante a manifestação realizada no Restelo, na noite de 14 para 15 do corrente.

O Conselho lamentou profundamente que tais incidentes tenham determinado a perda de uma vida e ferimentos em vários manifestantes e agentes da autoridade. Relembrando que a autoridade democrática tem que ser respeitada, o Governo provisório reafirma que o inquérito imediatamente instaurado será conduzido com totais garantias de isenção e ausência de privilégios.

O Governo afirmou estar empenhado em assegurar as liberdades fundamentais restauradas em 25 de Abril, entre as quais se contam o direito de reunião e de expressão e a liberdade de imprensa.

Zenha, Salgado

“Em breve apresentarei um projecto sobre casamento e divórcio” — disse Salgado Zenha ao EXPRESSO

VAI SER APRESENTADO dentro de duas a três semanas a Conselho de Ministros, para discussão, um estudo básico sobre os problemas do casamento, divórcio e condições de anulação.

Tal estudo foi elaborado sob a direcção de um canónico de Coimbra, especialista na matéria, a pedido do dr. Salgado Zenha, segundo ele próprio nos informou.

O tema do divórcio e da Concordata em geral são, como se sabe assuntos que, de há largos meses para cá, — e em Portugal, muito especialmente desde 25 de Abril —, têm estado na primeira linha de preocupações dos diversos países de regimes concordatários.

Recorda-se a recente odisseia provocada em Itália pela discussão sobre a admissão do divórcio, as pressões de grupos de católicos em Espanha e em Portugal para a

revisão — ou abolição — das Concordatas, o lugar que a imprensa de todo o mundo tem dado ao assunto.

Em Portugal surgiu o Movimento Pró-Divórcio, animado pelo advogado dr. Baptista de Carvalho — de que o EXPRESSO publicou extensa entrevista no número passado, pretende ele que seja admitida a possibilidade e divórcio para todos, que se acabe com a dualidade de sistemas: um para os casados canonicamente depois de 1980, outros para os outros.

Apenas o divórcio em questão

Perguntámos, pois, ao dr. Zenha se o que estava em estudo e ia ser proposto era uma revisão de alguns pontos da Concordata ou a sua pura

e simples abolição. «A Concordata em geral sai fora do âmbito do meu Ministério. A mim compete-me apenas fazer propostas que digam respeito ao casamento e problemas anexas.» Inútil, portanto, perguntar o que vai ser do Acordo Missionário, da interferência do Governo na nomeação dos bispos, da isenção de serviço militar para os padres e outros pontos da Concordata que tantos problemas levantam. «Inútil, de facto», responde o Ministro.

Mas havia uma questão que era com certeza do foro do Ministério. A da revisão sintulária do capítulo IV do Código Civil de 67 o qual, como é sabido, «absorveu» de tal modo a Concordata que, desactualizada esta, desactualiza-se este. Ou não? Nesse capítulo «Da Família» estabelecem-se condições de

anulação duríssimas, mais ainda que as do direito canónico proíbe-se os padres de contraírem matrimónio civil etc.

Qualquer projecto que agora se faça não implicará necessariamente alterações bastante radicais a actual Código Civil?

“As prioridades têm de se respeitadas. Iremos agora ao mais imediato. Depois ao resto.”

Quanto a linhas em que se irá desenvolver o projecto a apresentar ao Governo, nada. O Ministro manteve-se olímpicamente impenetrável. «Antes de serem apresentadas, discutidas e aprovadas as propostas não cabe revelar nada.»

Consultámo-nos indo a um velho e polémico número de «O Tempo e o

Continuação pág. 16

Zenha: "A Concordata de 1940 tem uma explicação política"

Modo (velha série!) — aprendendo na altura por nosar por em discussão os temas do divórcio, entre outros — e procurar lá a posição pessoal do (quem diria então que futuro-ministro) Salgado Zenha. Passamos a transcrever algumas passagens do seu depoimento cujas linhas nestras linhas, ao que supomos, não contrariam ao projecto que em breve apresentará, visto que o que ali diz é o que ainda hoje pensa sobre o assunto. Disso tivemos o cuidado de nos certificar.

...Em todo o mundo apenas um outro país navega nas mesmas águas desta solução dualista: a República Dominicana. Estamos em boa companhia.

«O governo republicano de 1940 separa a Igreja do Estado. Como consequência lógica desse princípio desocultava o casamento. Este passou a ser, para o Estado, uma instituição civil que, por isso mesmo, era regulada unifor-

mente. O casamento religioso não deixou de existir, mas passou a ser assunto de foro privado de cada um, sem relevância ou efeitos no mundo do direito.

A Concordata de 1940 representou uma reacção contra o laicismo republicano, em modo obíquo e ambíguo.

«... No domínio especial do casamento criaram-se dois regimes de direito matrimonial: o laico e o religioso... A solução perfiçada pelo Governo português em 1940 — e ainda hoje em vigor — é, no plano lógico, inintencional. O Estado Português não é, oficialmente, confessional. Portanto o casamento e o divórcio terão de ser encarados na sua regulamentação de um ponto de vista puramente humano e social. Isto explica — ao tocante ao divórcio — uma solução uniforme. Ou se entende que o deverá ser sempre proibido. Ou se entende que em certos casos o divórcio é um remédio que se não

pode recusar e então nestes casos (adultério, ruptura de facto das ligações afectivas entre os cônjugues etc.) o divórcio deverá sempre ser admitido... independentemente da forma por que os cônjugues se casaram... Dar ou negar o divórcio consoante a forma de casamento de cada um é ilógico e contraditório.

«Claro que tudo tem uma explicação. Neste caso, a explicação é de natureza política... Acuitar a legislação de 1910 em 1940 não era possível. Assim reconhecer-se-ia que ela era justa... Entendeu-se de um ponto de vista político-governamental que esta era a solução mais conveniente. Essa é a razão legal do sistema em vigor. A legislação concordatária foi introduzida, entre nós, como de costume, sem precedência de debate público...»

«...Na maior parte destes países caracterizados por profundos desníveis de riqueza e de classe, assiste-se à criação de uma dupla moral vivida. Os ricos, embora se

não possam divorciar, descasam-se e casam-se «de facto» no estrangeiro; são os chamados «casamentos Nacionais» no México, ou até há pouco em Tânger, pago a bom preço. Os pobres estão, por enquanto suficientemente distraídos com a conquista dos seus direitos fundamentais para se darem ao luxo de debatarem sobre o problema do divórcio ou anti-divórcio. Em contra-partida, em todas as sociedades economicamente evoluídas, o divórcio é aceite em todas as legislações seja qual for a forma de casamento. Nem se concebe como seria possível conciliar uma total emancipação da mulher, que todos dizem desejar, com a proibição do divórcio.

«Por isto a linha de tendência da evolução do direito português parece estar à vista, sem necessidade de mais considerações.» (Caderno n. 2 - I.M.: «) Casamento».)

Religião é notícia

A igreja e o divórcio

FOI CAUTELOSA e branda, mas ainda assim com certo interesse, a tomada de posição, há pouco tornada pública, do Conselho Diocesano da Pastoral Familiar do Patriarcado de Lisboa (Conselho este «que integra os Movimentos Familiares de toda a Diocese»), a propósito da recentemente questionado divórcio civil nos casamentos realizados na Igreja.

O Conselho realizou-se, conforme se assinala no «Comunicado», sob a presidência do Cardeal patriarca, António Ribeiro.

Reafirmando a doutrina tradicional da Igreja sobre a indissolubilidade de todo o casamento validamente celebrado, manifestou, no entanto, uma atitude de compreensão pastoral perante as muitas famílias abaladas na sua estabilidade — no actual contexto sociológico.

E pena que o Conselho não tenha querido ou podido ser mais corajoso, quando toca no ponto fulcral de toda esta problemática, ou seja quando se refere à Concordata.

«Reconhecida a dualidade da Lei civil em relação aos cidadãos que desde 1 de Agosto de 1940 casaram na Igreja e em relação aos que só civilmente realizaram o seu casamento (com fundamento no Artigo XXIV da Concordata entre a Santa Sé e o Governo Português), o Conselho desejará ver abolida esta dualidade de tratamento civil aquando de uma eventual revisão

do sistema concordatário actualmente vigente.

Parece mais que tempo de a «Igreja oficial» sentir o drama dos atingidos por uma legislação denunciada por toda a parte como anárquica e tomar a peito este sério problema humano. Não basta o esforço meritório de alguns grupos de cristãos. E certamente chegada a hora de os cristãos em peso se pronunciarem e a Hierarquia também não perder, um vez mais, o combão. Cenas como a que aconteceu há dias junto da Nunciatura com a Comissão Pré-Divórcio (que não sendo recebida pelo Núncio teve de meter a petição dirigida ao Vaticano por baixo da porta, como os jornais relataram), não podem de forma nenhuma tolerar-se.

Em carta dirigida a todos os padres do Patriarcado no início destas férias do verão, o arcebispo de Milene, Nilton Rehimbas, anuncia-lhes, entre outras coisas, a reforma da Igreja Diocesana e o «bem ritmo» da Campanha em favor de novo jornal católico.

«Pouco dar-vos a notícia de que tenho se cogitado para a efectivação de um novo diário de inspiração cristã» — diz o arcebispo. «Colaborei na sua campanha em marcha que, pelos ecos e donativos que tem chegado ao Patriarcado,

segue em bom ritmo (...) Um ou outro sacerdote, pesquisamos, que se saiba, tem discordado de um novo jornal diário. Cada qual tem direito a ter a sua opinião própria que se respeita. O mesmo não é impor a sua opinião pessoal à comunidade onde trabalha por mandato do seu Bispo...»

Quanto à reforma da Cúria, faz as seguintes considerações, tendo o cuidado de sublinhar que «nenhum outro motivo há para a reforma dos serviços centrais da diocese»:

«A socia pastoral na Diocese depende de todos, de alto a baixo, e necessitamos, não por cubicerismo, mas por necessidade de eficácia, de renovar pessoas e estruturas e criar as que se julgarem necessárias. Ningum veja nisso circuitos opressivos, mas serviços mais eficientes para todos.

A intenção subjacente e já declarada que impulsiona a reforma da Cúria Diocesana é torná-la, além do mais, um espaço de encontro com todos, especialmente com os padres. E torná-la interessante, convidativa e activa, porque grava, pastoralmente, é o facto de se passarem anos em que alguns de vós aqui venham; ou, quando vtm, venirem-se desambramentos nesta casa que é de todos e para todos, nos diversos serviços que a compõem. Obras materiais, renovação de pessoas e métodos de trabalho obedecem ao único critério de

melhores serviços para melhor servir...»

«Não sabemos qual a influência que estas medidas agora anunciadas terão tido as críticas e sugestões que no seu número de Junho passado inseriu o BIL (Boletim Interparroquial de Informação), boletim este que congrega umas dezenas de paróquias da capital e arredores. Numa análise de «A Igreja em Portugal», o BIL fazia referências bastante negativas à Nunciatura Apostólica e à Conferência Episcopal e, a propósito do Patriarcado de Lisboa (que tratava de forma talvez um tanto mais benigna), dizia coisas como esta: «Urge uma reestruturação da Pastoral da cidade de Lisboa. Há coisas na nossa cidade que não podem continuar, há rezacas de anarquia na vida do País, mas há muito que é de se implantar na Igreja, e provocada não só pelos «Avançados» e «Ireverentes» se tem armado.»

Quanto à Cúria Patriarcal, o Boletim declara expressamente: «Achamos que os nossos Bispos e devem declarar de pessoas pastoralmente válidas. Os que, neste momento, os rodeiam, são pessoas rectas e piedosas. Por isso os consideramos capazes de suportar, e, portanto, podem ser dispensados dos cargos que ocupavam quando vierem ser vontade do Bispo renovar o grupo dos seus próximos colaboradores...»

Jardim, Jorge

O 'Plano de Lusaka' para Moçambique: Frelimo, Kaunda, Banda e Neyrere

numa

O ENGENHEIRO Jorge Jardim tem sido e continua a ser um personagem por demais controverso na história política de Moçambique. Homem de bastidores do regime de Salazar e Caetano, movendo-se, frequentemente, fora do âmbito das intenções dos dois estadistas, é-lhe passado mandato de captura depois do 25 de Abril e a sua actividade relacionada com o recrutamento de mercenários e operações desencadeadas sobre Moçambique a partir do Malavi. Atribuem-se-lhe intenções de contrariar a independência de Moçambique sob a direcção da FRELIMO e há quem lhe atribua, como aliás o fez o nosso enviado a Moçambique, a semana passada, o propósito deliberado de diminuir o ímpeto revolucionário daquela organização guerrilheira, atraindo-a para a órbita de uma social-democracia adaptada às condições locais. Outrora foi Jorge Jardim havido como o Ian Smith de Moçambique, imagem que tem procurado destruir.

Os seus contactos com estadistas africanos e a mobilidade de que goza em meios até há pouco não afectos a Portugal, conjugado com o que acima fica dito, levaram EXPRESSO a entrar em contacto com o jornal a «Tribuna» de Lourenço Marques e com o nosso camarada Fernando Magalhães, para a publicação da entrevista que fez a Jorge Jardim e que, ontem à noite, foi divulgada em Lourenço Marques por aquele vespertino.

Constitui a entrevista documento notável sobre um dos homens mais falados dos últimos tempos, em Moçambique.

entrevista com Jorge Iardim

PERGUNTA — Tem alguma relação com grupos não-FRELIMO, actuando, mais precisamente, fazendo a guerra em território de Moçambique?

RESPOSTA — Creio que se refere à incrível história dos mercenários e à incrível história do meu obstaculismo à descolonização. Não tem sombra de fundamento. Aliás sempre foram referidas essas actividades como tendo base no Malawi, curiosamente no mesmo país que, há poucos meses atrás era acusado pelas autoridades portuguesas — e através dos mesmos diplomatas — de dar abrigo às forças da FRELIMO que actuariam a partir do território do Malawi, e através das regiões fronteiriças e contra o caminho de ferro para Tete.

Malawi... a favor da maioria africana

O Presidente Banda no dia 26 numa conferência de imprensa para esclarecer, clarissimamente, qual a posição do Malawi, o apoio que sempre tem dado à modificação das condições em Moçambique a favor da maioria africana, os esforços que neste sentido realizou, desmentiu categoricamente a existência de quaisquer forças reaccionárias no Malawi e, muito menos, que essas forças pudessem ter a mais mínima ligação consigo, até porque sabia exactamente e melhor do que qualquer outra pessoa, talvez, as muitas tendências e os meus propósitos há muito tempo.

A concluir, o Presidente Banda, na última conferência de imprensa, anunciou que tinha convidado a O. U. A. — Organização da Unidade Africana — para enviar ao Malawi uma missão que, de uma vez para sempre, pudesse verificar a mentira destas atoardas e pudesse esclarecer que se trata de uma campanha malévola estabelecido exactamente na altura em que as mesmas pessoas — refiro-me ao Presidente do Malawi, aos presidentes de outros Estados vizinhos e eu próprio — tudo tem feito para acelerar a descolonização. Tenho de admitir que se trata de uma campanha organizada e orquestrada com algum objectivo político. Quasi não sei.

Nunca vi o coronel Hoare... "Uma imagem da Frelimo"

P — Portanto talvez seja supérfluo perguntar-lhe se conhece Mike Hoare ou se deu ordens para que o contactassem com vista a preparar um esboço reaccionário.

R — Pois é evidentemente supérfluo porque já disse que não. Nunca vi o aludido coronel Mike Hoare a não ser em jornais. E consta — as autoridades do Malawi, pelo menos, afirmaram-no — que desde que elas têm o controlo da emigração (desde a independência, portanto), ele nunca esteve no Malawi.

Pela minha parte, pois, não nunca esteve no Malawi. O que se pode afirmar concretamente é que nos últimos tempos, com certeza não entrou no Malawi.

Pela minha parte, pois, não conheci nunca uma pessoa que não conheço e se alguém pensasse em organizar bandos de mercenários para intervir em Moçambique e travar a descolonização e se eu a conhecesse, seria o primeiro a denunciá-lo às autoridades do país onde pretendessem actuar.

P — Se o poder em Moçambique for entregue a um governo nacionalista, digamos de extrema-esquerda, qual será a sua atitude?

R — Pois é uma hipótese que eu não considero até hoje porque todos os dados de informação de que disponho me levam a ter a confiança — para não dizer a certeza — de que o governo nacionalista a que se refere e que seria um governo de maioria da FRELIMO, não seria um governo da extrema-esquerda, no sentido de um governo marxista-leninista.

É isso levado a pensar isso porque se tem feito através de uma propaganda infeliz, ou mal intencionada, uma imagem da FRELIMO contrária à realidade das informações de que disponho. Pelo contrário, penso que os dirigentes da FRELIMO, independentemente de ideologias políticas que possa haver no seio do Movimento, constituirão um governo de tendência realista que procurará encontrar as soluções que melhor permitam enfrentar os problemas de Moçambique.

Não creio que se trate de impor uma ideologia mas, antes, de se utilizar os melhores métodos para governar pela melhor forma.



Jorge Jardim

Mocimbiqne. Creio mesmo que se trataria assim de um esforço de colaboração em que todos teriam lugar, fossem quais fossem as ideologias, desde que estivessem interessados em realizar o bem de Mocimbiqne.

Nesta situação, diremos, realista, não cabem extremismos ideológicos, como não cabe traduzir-se a prática governamental. Aliás, e como sabe, porque tínhamos há pouco falado disso, os nossos contactos com aquilo que se contencionava chamar «o outro lado», datam de há mais de um ano. É certo que inicialmente pensei numa solução que seria basicamente de origem interior, ou seja, procurámos uma solução em que todos os moçambicanos e com acatidão do governo da maioria, pudessem estruturar a sua independência numa evolução progressiva.

Para nos libertarmos dum controlo de um governo a longa distância — a palavra aqui não tem nenhum sentido acintoso —, para nos libertarmos do colonialismo, na medida em que o colonialismo significa exactamente o governo de um território por uma autoridade que se encontra fora dele.

Neste meu pensamento, a evolução deu-se há longos anos, e deu-se na medida em que tive a oportunidade, aí em torno de 1963, de estabelecer os meus contactos com o dr. Banda, presidente do Malawi. O dr. Banda nunca ocultou a ninguém, nem aos governantes portugueses com quem contactou, o seu desejo de que as condições em Mocimbiqne evoluíssem no sentido da autonomia progressiva para a sua independência. E nunca fez segredo de que pretendia a modificação da situação política que em Mocimbiqne persistia.

Salazar, Caetano e os grupos reacconários

Discutimos longamente o problema. Aventaram-se várias hipóteses e entendeu-se que os primeiros passos teriam que ser dados, como foram, dentro das estruturas que o próprio regime colonialista nos consentia. As primeiras diligências encontraram-se ainda no tempo do sr. dr. Salazar e tornaram-se, aparentemente mais efectivas, com a ascensão do sr. dr. Marcello Caetano ao poder.

Nessa altura, como estará recordado, houve uma onda de esperança, quando o dr. Marcello Caetano anunciou que Moçambique seria governado por órgãos proprios e livres por uma maioria e foi aquilo que teve o seu auge na expressão de autonomia progressiva, crescente e participada, que se admitia que terminaria na independência como conclusão lógica e politicamente inevitável de tal evolução.

Porque participei nessa evolução, acreditei nela, mas compreendi-a, a certa altura, que a pressão de determinados grupos reacconários, concretamente em Lisboa, procurava evitar que a evolução que o primeiro-ministro da época anunciava e pretendia, não era viável devido à acção desses grupos de pressão. Tornou-se então claro que não podíamos aguardar a evolução e que a independência da maioria em Moçambique teria de se acelerar e realizar.

Não é que eu estivesse em posição de ser mais inteligente que os outros. O que estava, talvez era em posição de conhecer melhor a situação e de estar mais esclarecido pelos contactos que a intimidade com o presidente Blanda me consentia e que o próprio exemplo do Malawi nos fornecia, num país governado pela maioria e onde existia tolerância e harmonia racial.

Contactos com Kaunda

No decurso desta evolução, e como já nos tínhamos convencido de que a independência era indispensável para nos libertarmos das pressões que se opunham à evolução, surgiram, graças a amigos comuns, os contactos com o Presidente Kaunda da Zâmbia. Esses contactos iniciaram-se, concretamente em Julho de 1973. Foram realizados por mim e pelo sr. Jaime Pombal de Sousa que à nossa conversa assistiu.

Tivemos os primeiros contactos na Zâmbia e aí surgiu uma nova etapa de entendimento do problema. A propaganda contravenia dos dois lados, realizada ao longo de anos de guerra, tinha forçosamente criado, num lado e noutro, certos preconceitos e certas dúvidas de entendimento sobre as intenções de ambas as partes interessadas.

Nisso a actuação do Presidente Kaunda foi para mim decisiva e creio — a história di-lo-á um dia — que foi decisiva para o futuro de Moçambique. Porque o Presidente Kaunda, com as qualidades de estadista que o caracterizam e sobretudo, pelo extraordinário humanismo que patenteia, teve a paciência de, durante longas horas, comigo discuti-lo. Encontrámo-nos na situação de entender que, afinal e na verdade, dialogando de uma forma sincera os pontos de divergência que nos podiam separar daquilo que pretendiam do "outro lado", os nacionalistas africanos com os quais, até então, não tínhamos tido qualquer possibilidade de esclarecimento, pois que esses pontos de divergência representavam uma parte mínima num grande programa que nos era comum.

O programa de Lusaca

Nesse trabalho com o Presidente Kaunda e com os seus assistentes pessoais, mr. Mark Chona e mr. Peter Kasanda, fomos agotando sucessivamente os problemas, fomos até adoptando e adaptando a nossa terminologia e encontrámo-nos em Setembro de 1973 — vai fazer agora um ano —, concretamente no dia 12 de Setembro de 1973, em posição de podermos redigir um documento que representava, não só o ponto de vista da Zâmbia sobre a forma de resolver o problema de Moçambique — refiro-me: terminar a guerra colonial e encontrar-se uma solução política harmoniosa —, mas também a nossa própria posição.

Podemos dizer que o papel que então se produziu era já o documento de conjunto e de colaboração, papel esse que veio a ser confirmado, acrite pelos dirigentes da FRELIMO e pelo próprio governo da Tanzânia, com inteiro e entusiástico aplauso do governo do Malawi. Estávamos portanto nessa posição em Setembro de 1973.

Esse documento que lhe mostrei, facultava pois as mais amplas garantias de se encontrar uma solução honrosa e pacífica, em que se respeitavam todos os interesses legítimos de todos aqueles que quisessem continuar a permanecer e viver em Moçambique, fosse qual fosse a sua origem étnica, o seu credo, ou a sua ideologia.

E assegurava-se mesmo, nesse documento, que tenho diante de mim e que estou a folhear, que os laços culturais e económicos, abrangendo o comércio, o investimento, a cooperação técnica, os aspectos da educação, a influência social e cultural e até as condições religiosas se estruturariam resolvidando a influência portuguesa que tinha servido de cimento agregador em Moçambique e usando-se a língua portuguesa, como a língua franca oficial do novo Estado.

Acabavam-se os aspectos que poderiam levar à intervenção de quaisquer outras potências, na evolução de Moçambique, em ordem a manter-se uma neutralidade e não alinhamento, que nos impedisse de sermos arrastados para uma vietnamização.

Todos estes aspectos foram considerados no documento de Setembro e, o meu esboço posterior, de acordo com o Presidente Kaunda e com o Presidente Banda, foi tentar convencer o governo do regime anterior a aceitar uma tal solução. Mas, por mais espantoso que pareça, por mais inacreditável que possa ser, o que é certo é que se considero, depois de uma fase promissora inicial, que nós teríamos ido longe demais e depressa demais.

Nas diligências que fiz em Lisboa em Fevereiro de 1974, depois de um último acordo de ideias detalhado com o Presidente Kaunda e o Presidente Banda, encontrei-me perante uma posição de irredutibilidade do lado governamental português. Creio que se perdeu nessa altura a grande oportunidade e que nos era sugerida pelos países africanos vizinhos e que a FRELIMO estaria disposta a aceitar para negociações e uma evolução rápida pacífica e ordeira do problema.

O último contacto que tive com o sr. dr. Marcello Caetano foi em 17 de Abril, exactamente uma semana antes do Movimento das Forças Armadas, e a reacção fria com que deparei fez-me entender que as pressões contrárias e provenientes dos grupos influentes que nada queriam ceder, já dominavam nessa altura o governo do dr. Marcello Caetano.

Face ao 25 de Abril

Surgiu o 25 de Abril. Eu estava em Lisboa, não tinha saído de Lisboa, ao contrário do Observador que afirmava que eu estava em Londres, que vim a correr de Londres para Lisboa (nem nisso acertaram ao menos poderiam ter verificado pelas linhas aéreas se eu tinha estado em Londres, isto só para lhe dar um detalhe de menor trativo da falta de cuidado profissional nas informações que alguns jornais publicam). Mas deu-se o 25 de Abril, surgiu o Programa do M. F. A. e a minha reacção inicial foi de encantamento visto que, o anunciar-se que se buscava a autodeterminação e a solução negociada da guerra, era o que nós vínhamos a procurar com base naquilo a que chamámos «Programa de Lusaca».

O «Programa de Lusaca», como é hoje conhecido entre aqueles que com eles têm lidado, é o documento de 12 de Setembro de 1973. Portanto a minha primeira reacção foi de franco entusiasmo e de comunicar para a Zâmbia e para o Malawi, pela via do sr. Pombeiro de Sousa, o meu entusiasmo e a certeza de que finalmente iríamos poder realizar a solução em que tínhamos trabalhado.

Dal resultaram as declarações feitas pelo Presidente Banda, extremamente favoráveis ao que tinha acontecido em Lisboa — numa conferência de imprensa concedida no dia 4 de Maio, a visita do dr. Kaunda a Bissau para troca de impressões com o Presidente Banda sobre a evolução que se previa favorável e animadora da situação política em Moçambique e todo o ambiente de optimismo resultante.

Programa reiterado

Era a resolução em que estávamos, quando cheguei a Madrid e realmente daí o meu demérito, o de usar linguagem franca, quando disse o que pensava da espécie de governo que em Moçambique tinha sido estabelecido sem representatividade racial, política, ou regional, e em seu preparação, excepto alguns tecnocratas que do governo fazem parte.

Nesta situação receei muito que o «Programa de Lusaca» estivesse ultrapassado e que do «outro lado» se pudesse considerar abandonado. Uma das razões da minha confiança — continuando a usar a expressão «o outro lado» para significar os que não estavam no interior de Moçambique — foi a minha confiança nos resultados de uma entrevista em Londres com mr. Mark Chona, principal assistente do Presidente Kaunda, ele nos ter garantido — a mim e ao sr. Pombeiro de Sousa — que o «Programa de Lusaca» se preservava integralmente, que a FRELIMO o aceitava e o mantinha honrosamente, que a Tanzânia e a Zâmbia continuavam a apoiá-lo sem alteração.

Isto deu-me a grata confirmação de que tínhamos tratado com pessoas respeitáveis, conscientes dos problemas e que continuavam a procurar para Moçambique as melhores soluções em que todos pudessem, digna e honradamente, colaborar.

Atitude da Embaixada

Este encontro em Londres com mr. Mark Choma, que lhe referi, teve lugar no dia 29 de Junho. Tendo eu saído de Lisboa para Espanha no dia 13, não se pode dizer que tivesse perdido muito tempo.

Entretanto sai de Paris para África, enquanto se davam notícias de que eu teria estado em Pretória, na Rodésia, ou mesmo entrado na Beira, para lántais, como basta verificar-se pelos carimbos do meu passaporte.

No dia 5 segui para o Malawi onde já se encontrava minha mulher e alguns dos meus filhos, assistindo às festas da independência e trocando impressões com o Presidente Banda, acertando uma orientação sobre a recondição do problema na base consrativa que pretendíamos: o aceleramento da descolonização e a total independência para Moçambique, numa plataforma ordeira e de colaboração entre todos os moçambicanos.

Foi nessa altura que se registaram os casos que a embaixada de Portugal, pouco diplomaticamente, considerou como graves da sua dignidade, quando na verdade — e como o Presidente Banda já esclareceu — nós nos sentíamos verdadeiramente acobrunhados pela incorrecção diplomática portuguesa, ao recusar-se a participar em comemorações para que havia sido convidada pelo Presidente, a pretexto do décimo aniversário da independência de um país em que se encontrava acreditada.

No dia 10 segui de Blantyre para Lusaca acompanhado, como habitualmente, pelo sr. Pombeiro de Sousa e ali permaneci até ao dia 13 de Junho. Durante esse período renovámos os contactos com o Presidente Kaunda e os seus colaboradores e realimou-se a nossa comum fidelidade ao «Programa de Lusaca» e, mais do que isso por intermédio dos nossos amigos zambianos pretendeu-se que não fossem só eles directamente a dialogar connosco sobre o problema.

E tomaram a iniciativa de sugerir ao Presidente Nyerere da Tanzânia que enviasse a Lusaca, para dialogar connosco, um ministro representativo do governo de Dar-es-Salaam, que foi o ministro de Estado do gabinete do Presidente Nyerere. Mantivemos com ele prolongadas conversações na «State House», em Lusaca, no dia 12 de Julho, e recolhemos da parte da Tanzânia a confirmação e reafirmação dos mesmos propósitos que, pela Zâmbia, nos tinham sido enunciados e com a concordância explícita dos dirigentes da FRELIMO que de tudo estavam ao corrente.

Compreende-se que mais cedo não poderiam ter sido recebidos todos estes detalhes, mas podemos já fazê-lo porque nos encontramos agora autorizados, pelos nossos amigos da Zâmbia e da Tanzânia, e realizá-lo expressamente, sobretudo para destruir as acórdias que, entretanto, se puseram a circular.

Faz que anda, mas não anda

E a partir daí que começam certas desilusões, que se começa a verificar que aqui'o que o M. F. A. claramente tinha definido no seu Programa principiou a ser adulterado pelos políticos que infelizmente foram chamados a colaborar na actividade governamental quer em Lisboa, quer em Moçambique.

Conteúdo pag. 5



Uma das filhas de Jorge Jardim, a primeira paraquedista em Moçambique

Continuação pág. 4

Uma por impreraparo ou falta de conhecimento dos problemas, outros porque tinham certas ideias e compromissos previamente assumidos, o que é certo é que o processo da descolonização começou — como diriam os nossos amigos brasileiros — num —faz que anda mas não anda—.

E então nós assistimos à proliferção dos partidos em Moçambique, de base tribal, ao anunciar-se que o referendo era indispensável para se decidir se Moçambique queria ser independente, como se fosse preciso perguntá-lo a Moçambique, quando todos de qualquer dos extremos tínhamos um ponto em comum — queríamos a independência.

Depois admitte-se até, pela voz autorizada oficialmente do Governador-Geral de Moçambique, que não era obrigatório que o referendo conduísse à independência e que até outras soluções poderiam resultar do referendo. E foi-se mais longe, quando pela mesma voz autorizada oficialmente, se disse que o referendo, pois tanto poderia ser na base do sufrágio universal, como poderia ser por outras formas de voto que eventualmente os partidos vissem a aceitar ou a propor. E, mais do que isso, dizia-se que os novos partidos — o que significava o afastamento dos anteriores partidos — seriam os elementos preponderantes na implementação política do povo moçambicano. Quando me encontrei perante este quadro, reconheci que na verdade — à brasileira — estávamos face ao aludido "faz que anda mas não anda". E daí a minha reacção contra as entidades governamentais que, no meu entender, atraçavam o Programa do M. F. A. e mais uma vez repudiavam aquilo que no «Programa de Lusaca» se havia acordado.

Tentei chamar a atenção do governo de Lisboa para o «Programa de Lusaca». Não tive grande êxito nos meus esforços para o fazer. Pode-se mesmo dizer que, nessa matéria, não houve diferença entre o dia 24 e o dia 26 de Abril.

Creio que daí resultou a confusão, em certa medida, entre mim e as entidades governamentais. Terrei sido, talvez, um móbilo e um demérito. O mérito teria sido, ao fim ao cabo, o de dizer antes de outros, o que hoje todos dizem em Moçambique, isto é, que o governo não pretendia realizar uma descolonização efectiva nessa altura e que autorizando, ou mesmo encorajando, certas propagandas que em Moçambique se entendiam sobre a imagem da FRELIMO, criou um estado de pânico, de temor, que levou à desarticulação da economia, conduziu à fuga e ao abandono de

uma parte impoente da população de Moçambique e que poderia ter conduzido outra parte a violência aliençada no desespero.

Usar dizer que Moçambique se encaminhava nessa altura para aquilo que poderíamos admitir que equivaleria à congelização. Não por culpa da FRELIMO, não por culpa dos que tinham trabalhado para que se encontrasse uma solução harmoniosa como a que constava do «Programa de Lusaca». Por culpa da governação portuguesa e moçambicana.

Campanha afrontosa

Efectivamente repare-se que no dia 13 voltámos da Zâmbia para o Malawi e que aí — posto o Presidente Banda ao corrente de quanto em Lusaca havíamos tratado — permaneci ainda até ao dia 16.

E nesse período, exactamente, que se inicia, de forma mais ocoensiva e afrontosa, a campanha contra os meus alegados propósitos de obstruir a descolonização, de entrar em Vila Pery à testa de uma colana de imaginários rebeldes que nunca foram encontrados, pela mera razão de nunca terem existido. E, hoje as pessoas que passaram maioritariamente a circular esses rumores ou «notícias» ao conhecerem o que se passou ao longo desses dias, devem descobrir, face ao espelho, um rosto que presumo não seja o da inteligência.

Entretanto tudo nos conduziu, nesta base, para procurarmos esclarecer gentes de Moçambique, sobretudo dos mais preocupados ou representativos sectores, digamo-lo, legitimamente preocupados sobre as perspectivas que se ofereciam, sobre a sem razão de temores ou de tendência para confrontações ou abandono de Moçambique e da possibilidade de todos em paz e harmonia colaborarem.

Foi por isso que me desloquei à Suazilândia, onde estive do dia 16 ao dia 20 de Julho e onde me encontrei com alguns desses elementos representativos. Tudo quanto eu poderia ter previsto sobre o alarme causado em Moçambique pela desorientação de certos grupos políticos, pela alienação de certos representantes — e aqui aplica-se o termo — que especulavam tentando puxar para as suas águas aquilo que desejariam que a FRELIMO fosse, tudo isso que eu esperava, nesses contactos se revelou ainda mais preocupante e vêmo-lo a ser confirmado numa entrevista posterior dada por um oficial moçambicano, o brigadeiro Otelio de Carvalho que reproduziu o quadro de Moçambique em termos que não resistiu a citar numa entrevista concedida ao «Diário Popular», em princípios de Agosto. Dizia etc.

«Compreendo perfeitamente qual é a situação em que todas essas pessoas se encontram quando, de repente, há partidos que desistem a fazer uma propaganda inteiramente discriminada a favor dos Movimentos de Libertação que aqui há uns anos, ou antes de 25 de Abril, eram considerados, por toda uma propaganda exercida neste sentido, como sanguinários, destruidores, etc. toda essa propaganda extremamente negativa pesa ainda nas pessoas» — prosegue o brigadeiro Otelio de Carvalho — aqueles que de repente «vem brancos, como eles, dizem maravilhas a respeito de uma FRELIMO, de um MPLA, ficam totalmente baralhados e não sabem que pensar... «Cris-te, portanto, um clima de instabilidade que conduz aos maiores receios, e as pessoas em pânico podem tomar as reacções mais diversas. Quanto a mim há realmente uma total falta de esclarecimento das situações».

«Isto são palavras do brigadeiro Otelio de Carvalho que só por serem ditas por ele não lhe valeram um mandato de captura. Porque pouco diferem daquilo que eu havia dito em Madrid, em Junho...»

O M.F.A. e a descolonização

Isto evidenciava, por outro lado, que o M. F. A., força autística e honestamente orientada para a descolonização, se esforçava por prosseguir o seu caminho, coincidindo com as linhas preconizadas no «Programa de Lusaca». E foi essa evolução que veio, felizmente a continuar-se posteriormente.

Por diligência esclarecer as pessoas com quem foi possível contactar, regressei de novo a Bissau no dia 26 de Julho para seguir, outra vez, dali para Lusaca em 29 de Julho e em Lusaca permanecer até ao dia 3 de Agosto, para de novo regressar a Bissau e ali ter estado até ao dia 3 do corrente.

Repare-se que é preciso realmente muita imaginação para me atribuir a formação de grupos incoerentes e a intenção de obstruir a descolonização, quando tendo passado a maior parte do tempo, por assim dizer, em Lusaca a seguir em Bissau, em contacto com dirigentes africanos que dito podem ser perfeitamente testemunhas, que se não recusam a só-lo e que, certamente, não acenariam diálogo, colaborar e tentar estruturar o futuro de Moçambique com alguma envolvimento por intenções do obstruccionismo, descolonização, ou de reacção contra o facto histórico de Moçambique.

Aliás, os rumos que foram alegados como tendo sido praticados através da minha presen-



Tropa portuguesa e guerrilheiros da FRELIMO na área de Tete

com base no território do Malawi, foram simplesmente denunciados numa entrevista concedida pelo sr. dr. Almeida Santos, ministro da Coordenação Interterritorial, e que, segundo a versão da «Lusitânia», que foi publicada no «Notícias da Beira» em 3 do corrente, diz textualmente no que se refere a minha actividade: «Apenas conheço a esse respeito as notícias vindas a lume na imprensa. Não há sinal que permita confirmá-las».

Quando o ministro da Coordenação Interterritorial diz que, sobre tal actividade não há sinal que permita confirmar aquilo, que vem publicado na imprensa, fica a gente sem perceber como é que o Ministério dos Negócios Estrangeiros pode enviar uma nota diplomática ao Malawi, acusando-o de consentir que, a partir do seu território, ostensivamente, eu realizasse actividades dirigidas contra a segurança de Moçambique.

Pelo menos temos que admitir que podendo haver coordenação interterritorial, o que não há com certeza é coordenação entre o Restelo e as Necessidades.

Finalmente um governo moçambicano

São estes os aspectos que lhe posso focar, as informações que lhe posso facultar e a certeza em que estamos de que os listados Africanos vizinhos de Moçambique têm o maior interesse em que a evolução do nosso país que o seu acesso à independência se processe ordeiramente, se realize por forma construtiva, que os direitos de todos

sejam assegurados, que não haja razão para temor e que haja lugar para a colaboração de todos.

Creio que nos encaminhámos para ter um governo, finalmente, moçambicano em que a FRELIMO participará como o Partido ou o agrupamento político, ou o movimento mais representativo entre todos aqueles que existem em Moçambique. Mas em que, inteligentemente e criteriosamente, para realizar o bem de Moçambique, não recusará a participação de outros elementos que honestamente lhe estendam a mão, ainda que a mão seja de outra cor.

P — Portanto, eng. Jorge Jardim, qual é a sua posição face às várias correntes políticas prevalentes em Moçambique?

R — Para definir essa posição terei que afirmar que não pertence a nenhum agrupamento político, que não sou «leader» de nenhum agrupamento político e nem pretendo sê-lo.

O que me esforcei foi, ao longo de todo este período, e numa fase que, como terá de compreender hoje, havia de ser eminentemente secreta, até para corresponder à confiança das pessoas que nos países vizinhos me honraram pela forma aberta e leal como dialogaram.

Nesta posição procuramos realizar um esforço de entendimento, de aglutinação de tendências e, como agora é moda dizer-se, de convergência de vontades.

É esta a missão que nos pertencia e que cresço estar realizada, ou em vias disso, embora se não possa ignorar que a independência, ou o caminho para ela, não representa uma panacéia para todos os

problemas, representando apenas a forma de procurarmos e de começarmos a resolvê-los por nós próprios e com a única intenção de servir a Moçambique.

Só confio em que, nas acções que me fazem e nas intenções que me atribuo, desta vez não me venham assacar o propósito de oportunismo político, porque na verdade teria que tratar-se de um oportunismo demasiado esclarecido e previdente, para todo este movimento de aproximação e contacto se haver iniciado há um ano e, pelo menos, largos meses antes do 25 de Abril.

Não comeci a fazê-lo no dia 2h de Abril.

(Entrevista registada por Fernando Magalhães em fita magnética no dia 9 de Agosto de 1974).



Militantes e combatentes da FRELIMO já entram nas povoações e convivem com os civis

Férias diferentes

BOA PARTE do país está na praia. Os jornais chegam atrasados ou não chegam, a televisão e o rádio são menos seguidas, o ambiente de férias convida a não pensar em política, a adiar os problemas de fundo, a deixar-se seduzir pelos prazeres simples de um renovado contacto com a Natureza. Sem se cair necessariamente nas tentações alienantes da sociedade de consumo, mergulha-se com facilidade na modorra estival, busca-se o contraste com a vida poluída e rotineira da cidade, procura-se passar um mês com a consciência tranquilizada pelo chamado gozo de merecidas férias.

Neste ano de 1974, as férias de Verão dos portugueses são, no entanto, diferentes. Os três meses e meio passados depois do 25 de Abril constituiram um período de aceleração histórica sem precedentes. Todos, sem excepção, os sentimos, na nossa vida, nas nossas preocupações, nas nossas opções. Todos, sem excepção, fomos por eles modificados, na nossa maneira de ser e de ver, nas nossas esperanças e ambições, na nossa dimensão no tempo e no espaço.

Por isso, a pausa das férias é sem dúvida uma excelente oportunidade — talvez a última até às eleições marcadas para Março de 1975 — de fazer um balanço do passado recente e de elaborar um programa para o futuro próximo. Balanço e programa que, para serem completos e positivos, não poderão circunscrever-se aos problemas pessoais, devendo inserir-se na perspectiva mais larga da comunidade; só quem conseguir elevar-se das questões concretas individuais atinge o plano mais geral da plena cidadania.

Em primeiro lugar, é importante averiguarmos se o que trabalhamos este ano, antes e depois do 25 de Abril, é suficiente para o ressurgimento de um país que todos dizemos em estado deplorável. Qualquer pessoa, minimamente de boa fé, concluirá que não. Pelo contrário, quanto mais conscientes estamos de que só com um arranque gigantesco resultante do nosso próprio esforço nos tornaremos um país decente, menos queremos trabalhar e pior trabalhamos quando estamos no emprego.

Isso leva a considerar o tipo de vida que desejamos. Caminhámos resignados para um lento suicídio, deslizámos masoquisticamente para a bancarrota ou pretendemos uma vida com outra qualidade e estamos dispostos a sacrificar uma parte maioritária das nossas energias e do nosso tempo para alcançarmos outro objectivo? Só quem não quiser ver-se não aperceberá que, em Setembro-Outubro, haverá uma crise económica grave em Portugal de que os números referentes ao desemprego são já um triste prenúncio; crise que atingirá toda a gente, capitalista ou não, salvo uns quantos oportunistas; crise que terá profundas implicações no nosso dia-a-dia. E só os que não querem lutar não compreenderam ainda que depende de nós e só de nós, de todos nós, marxistas ou não, a atenuação, a duração e o «sair bem» dessa crise.

Para que o Outono que se avizinha não seja tão complexo como se receia, terão de constituir pontos obrigatórios de meditação dos portugueses em férias o tempo perdido e o modo de o recuperar. Não basta clamar por justiça social nem exigir a correcção das muitas desigualdades ainda existentes. É preciso fazer algo para que elas desapareçam; é preciso contribuir de facto para que a justiça social possa reinar; é preciso, por exemplo, pensar nos portugueses que não tiveram nem terão férias, neste ano de 1974 como nos anteriores.

A atitude e o comportamento após as fregues de Agosto, a capacidade de resposta perante uma situação nada brilhante, o propósito de, uma vez por todas, colaborar — trabalhando mesmo — na reconstrução do país, determiná-lo o êxito ou o fiasco da revolução de 25 de Abril e, por conseguinte, o futuro de todos nós, marxistas ou capitalistas.

As férias (diferentes) de 1974 deverão ser um bom ponto de partida para um assumir de responsabilidades que se faz tardar.

É que o país não pode continuar parado. E já não há mais motivos para desculpas nem razões para atrasar a recuperação indispensável.